

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS**

37º Encontro Nacional ANPOCS – Águas de Lindóia-SP 2013

**ST 34 – Teoria e Prática das Relações Sul – Sul
Coordenação dos professores Marcos Costa Lima (UFPE) e
Javier Alberto Vadell (PUC-MG)**

Comentários do professor Carlos Roberto Milani (UERJ)

BRASIL E MERCOSUL:

A INTEGRAÇÃO REGIONAL COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO

Resumo: A concepção dos tratados regionais latino-americanos sempre foi acompanhada de fator político no mais alto grau. Tanto na Operação Pan-americana (OPA), em 1958, quanto na construção do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, os Estados-membros procuraram extrair ganhos políticos dessas iniciativas. Mas no que diz respeito ao Brasil esses ganhos podem ter dois significados complementares: consolidar sua liderança regional e fazer desta um meio estratégico para possível ascensão junto a outros centros do poder mundial. Assim, ainda que possa haver avanços políticos para o Brasil desgastes e desconfianças também emergem na América do Sul, uma vez que o espírito de integração regional, ao menos nos princípios, não reconhece assimetrias resultantes de “vontades nacionais” de ascensão internacional por meio da integração regional. Sobre isso, críticas podem ser encontradas nos vizinhos regionais sobre a maneira brasileira de se tornar *global player*.

José Alexandre Altahyde Hage¹

¹ José Alexandre Altahyde Hage é doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Email alexandrehage@hotmail.com

Introdução

O cientista político Karl Deutsch escreve que os Estados nacionais, na busca pela integração, querem quatro tipos de segurança: segurança econômica, segurança social, segurança institucional e segurança militar – não havendo qual seja mais importante dentre elas. Todas as quatro seguranças devem contribuir para um propósito de equilíbrio (DEUTSCH, 1978). Também deve haver o mesmo propósito de compensações para os Estados que se tornam membros de uma organização, levados a acatar, voluntariamente, regras estabelecidas em conjunto.

Em outras palavras, os Estados se filiam a certas instituições aglutinadoras porque esperam ganhar com essa escolha. Mas eles também aceitam seguir regras ditadas por organizações supranacionais que, por vez, se abastecem com legislação feita pelo direito internacional público. Assim, seguir a letra do direito internacional é seguir o imperativo dos tratados. Em princípio, é assim que vê Guido Soares para quem o espírito dos tratados se torna fator animador tanto da formação dos blocos regionais quanto do fenômeno da globalização (SOARES, 2004).

Por segurança econômica o ex-professor da Universidade de Harvard pensa o equilíbrio industrial, agrícola e o avanço que um determinado país busca ao se integrar com outros, esperando que haja compensações em investimentos, em novos métodos de trabalho e administração – caso relevante para a cooperação tecnológica de produtos sofisticados, como aviação (DEUTSCH, 1978).

Por segurança social há o princípio do bem-estar para que uma população tenha garantias contra o desemprego e tendo acesso universal à educação em todos os níveis por meio de intercâmbios tanto de alunos como de trabalhadores. No quesito institucional emerge a urgência de se criar meios para resolução de diferenças domésticas, que as unidades políticas que aceitam a integração possam transferir seus impasses para instâncias superiores.

Por fim, segurança militar, significa que os Estados aceitam viver com determinadas regras para evitar belicismos, aceitando resolver conflitos de alta intensidade por meios institucionais e evitando embates militares. Quando Deutsch apresenta as quatro seguranças, pelas quais os Estados procuram, ele está pensando no processo integrativo da

União Européia. Na leitura de Raymond Aron, um desdobramento do Tratado do Carvão e do Aço, de 1951, que selou décadas de rivalidade entre França e Alemanha e Reino Unido (ARON, 1986).

Tendo alcançado esse grande objetivo na Europa Ocidental, obter a paz sem a desarticulação social e política dos Estados (a exemplo que ocorreu com a Alemanha nos acordos de paz dos anos 1920) a integração europeia passa para os registros da história como a primeira experiência de cooperação que mais alento conquistou; que mais conseguiu fundamentar bases para o futuro. Com efeito, futuro que não somente evita guerras, mas que consegue angariar desenvolvimento para seus membros – fato que ocorreu até o presente momento, apesar de todos os contratempos, quando dá a impressão que o euro está fazendo água.

A ideia de cooperação na América do Sul² não surge tão distante da européia, embora tenha na experiência do Velo Mundo como inspiração. Nos anos 1950 já se buscava o processo de integração regional como a Operação Pan-Americana (OPA), em que o Brasil tencionava buscar alguns objetivos, por exemplo, construir um mercado comum e um banco de fomento para compensar na região a falta de investimentos não aplicados pelo Hemisfério Norte (HAGE, 2004).

Já no governo Jânio Quadros o tema volta de forma ampliada, quando ocorre o Tratado de Montevideu, em 1960, pleiteando para que a nova Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) fosse mais longe que a OPA e buscasse contato com o México. No entanto, não é necessário demorar muito para dizer que o plano malogrou nos anos 1960, sendo conduzido em estado de inércia até o ano de 1981, na fundação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), mais um plano que acabou perdendo fôlego.³

² Embora o termo América Latina seja consagrado na Constituição Federal de 1988 preferimos o termo América do Sul a América Latina porque o primeiro reconhece geopoliticamente a complexidade cultural, histórica e política que há no subcontinente, não se conformando a ser somente um conceito geográfico, conforme a sugestão de Wanderley Messias da Costa (COSTA, 2007) que também segue essa indicação que veio dos mais antigos estudiosos da geopolítica. Isto porque a palavra “latina” é algo que foge da realidade regional.

³ Rubens Barbosa acredita que tanto a ALALC quanto a ALADI foram partes da fase romântica da diplomacia latino-americana. Fase romântica porque não se prende ao pragmático, ao estratégico como prefere o Itamaraty, mas sim em princípios que não passam pelo crivo da realidade. Embora o MERCOSUL seja um pouco mais “ladino” que nos planos anteriores o romantismo também não é totalmente ausente no Tratado de Assunção (BARBOSA, 1996).

Observa-se que a linha da integração regional na América do Sul não se relevou tão reta quanto a União Européia. Algumas razões podem ser comentadas para o malogro, como a falta de um espírito aglutinador que aventasse a urgência de se aceitar a integração, sobretudo em uma área em que a guerra ainda estava na memória de toda a população, como a européia.

Não se poderia duvidar da sinceridade dos agentes políticos quando pregavam a cooperação latino-americana. Mas não havia solda para que isso se efetivasse, pois teria de haver liga entre os Estados para que isso fosse feito a contento. Tentou-se encontrar esse ponto de solda na industrialização regional, na cultura econômica trazida pela Comissão Econômica da América do Sul e Caribe (CEPAL) e sua manifestação contra a divisão Centro/Periferia.

Obtendo a industrialização a América do Sul avançaria no processo de integração, uma vez que necessitaria de economia de escala e complementaridade entre as unidades políticas. Junto com a industrialização e da complementaridade econômica nasceria um grande mercado consumidor. Dessa máquina azeitada se criaria uma cultura Latino-americana, valorizando o princípio de *latinidade* (sem aceitar o termo América Latina, conforme explicação da nota cinco no pé da página) para marcar diferença aos Estados Unidos e Canadá.

A saber, latinidade que ganharia ainda mais sentido caso fosse eleito um “outro” a qual se diferenciar – se diferenciar e não se contrapor obrigatoriamente, que acabou sendo o papel dos Estados Unidos na clivagem Norte/Sul da qual tanto se valeu a diplomacia brasileira desde o nacional-desenvolvimentismo, dos anos 1950, até o conflito de tecnologia dos anos 1980, no qual sobressaiu o governo Sarney para defender a política de informática contra o governo norte-americano, de Ronald Reagan, que desejava a abertura do mercado para computadores importados, que acabou acontecendo nos anos 1990, com o fim da indústria nacional hardware.⁴

Do mesmo modo, pode-se frisar, com Helio Jaguaribe, que a integração regional funciona para o Brasil como anteparo às forças da globalização que, desde os anos 1970,

⁴ Um histórico bastante informativo sobre os conflitos que pairavam sobre a indústria brasileira de informática, bem como ao papel desempenhado por opositores nacionais que militavam em prol do “consumidor brasileiro”, é encontrado no depoimento do ex-ministro da Ciência e Tecnologia Renato Archer (ARCHER, 2006).

desde o fim das regulamentações do Sistema de Bretton Woods, faz presença na América do Sul e contribui para o fenômeno denominado “crise do Estado” em que as unidades políticas não conseguem dar cabo das questões mais prementes, como segurança contra o crime organizado e controle geral sobre investimentos que penetram nas economias dos Estados para efeito de especulação (JAGUARIBE, 2002).

Por isso, há como perceber que o processo de integração regional para o Brasil não guarda somente um significado. A cooperação para a Chancelaria nacional, o Palácio do Itamaraty, não se prende somente ao mercado ampliado, ela também dá azo às percepções nacionais de geopolítica, de procurar firmar a posição do País em face das grandes questões internacionais.

Em parte, as percepções geopolíticas do Brasil contam com o fato de que a integração funciona como mola propulsora para que o País tenha projeção mais bem qualificada, justamente por ter podido arregimentar as questões locais de modo que Brasília possa tirar algum proveito. Por exemplo, aprofundar a cooperação com o Peru não representa somente ampliar mercados, mas concretizar a tão sonhada ligação para o oceano Pacífico por rodovia (BANDEIRA, 2010).

Por conseguinte, procurar aprofundar relações diplomáticas com a Bolívia, em 1996, tinha também o prisma estratégico, fazer com que o Brasil tivesse suprimento energético por meio de insumo relativamente limpo, em comparação a outros hidrocarbonetos, e extraído de distância aceitável para o mercado consumidor brasileiro, o Sudeste e o Sul (HOLANDA, 2001).

É claro que nem sempre a realidade sai de acordo com o desenho. No fundo a Bolívia se tornou uma sócia rebelde, o Paraguai se agita muito para que o Brasil reveja a tarifa paga para a energia elétrica que Assunção vende. A Argentina vira e mexe se joga contra o Brasil, e às vezes contra o próprio MERCOSUL, para proteger seus interesses setoriais, muitas vezes ameaçados pelo vizinho maior, como tem sido com a chamada *linha branca* de eletrodomésticos.

Mas, no final das contas o que se extrai disso é que para o Brasil a formação do bloco regional do sul tem valor estratégico e deve contribuir para que o País se defenda das ingerências das potências industrializadas e de organizações internacionais. Na condição de potência regional o Brasil fica em situação imprecisa. O País não é grande potência para

lograr somente o que o interessa na integração e não é pequeno a ponto de ver na junção interestatal uma solução obrigatória. Como potência média o Brasil alimenta até certo ponto a integração, mas também joga suas projeções estratégicas que o País quer na cena internacional.

A Razão da Integração Regional

A Ata de Iguazu, realizada entre os presidentes Raul Alfonsín, da Argentina, e o brasileiro José Sarney, em 1985, tornou-se um marco histórico para a política externa dos dois países. Isto porque foi naquele encontro que Argentina e Brasil compreenderam dois fenômenos políticos interligados e dos quais não podiam se furtar. Aqueles governos tomaram conhecimento do enfraquecimento de seus Estados, do poder político deles, para enfrentar crises que perduravam desde o início dos anos 1980 e que ainda seriam agregadas a outras desagregadoras.

Também passaram a conhecer a pressão que adviria na segunda parte da mesma década feita em torno da Rodada Uruguai. Rodada que, de certo modo, demandaria a reforma institucional dos Estados – dos Estados mais enfraquecidos sob os aspectos político e econômico – daí o imperativo para as privatizações e da desregulamentação econômica.

A crise dos Estados latino-americanos foi resultado, sobretudo, de duas crises anteriores. A segunda crise do petróleo, nos anos 1979 a 1981, e a crise da moratória mexicana, em 1982. Apesar de Brasil e Argentina terem exercido planos nacionais de desenvolvimento desde a década de 1950, com industrializações que haviam alcançado alguma importância, eles não haviam deixado de ser Estados periféricos e vulneráveis às catástrofes econômicas internacionais, bem como às transformações do próprio sistema internacional (CANO, 2000).

Assim, com a emergência da Guerra Irã-Iraque, em 1979, e com a declaração de moratória feita pelo México praticamente todo o investimento internacional, produtivo e relevante, saiu da região e migrou para outras geografias, até então pouco mencionadas economicamente como promissoras; caso da China Popular e dos denominados Tigres

Asiáticos, como Coréia do Sul e Taiwan, que passaram a se sofisticar economicamente naquele momento.

A chamada *década perdida* dos anos 1980 não daria trégua aos dois maiores países da América do Sul. Sem recursos externos e investimentos importantes, planos nacionais de desenvolvimento em xeque e impasses políticos domésticos contribuíram para que Buenos Aires e Brasília procurassem dialogar entre si. Em seu turno, por meio desse diálogo feito em Foz do Iguaçu aventou-se a possibilidade de haver projetos comuns para a economia e comércio regional.

A vida político-econômica de Argentina e Brasil não era perturbada somente pelas crises da dívida externa e da energia. Havia também pregações ideológicas, cujo mote se dividia em duas partes. A primeira era a máxima de que havia urgência na reforma institucional dos Estados, vale dizer, diminuir o poder de ação do poder político na economia, algo que contava com a aprovação dos países industrializados, dos empresários e de políticos nacionais. Já a segunda parte dizia respeito à desvalorização das matérias-primas, das commodities.⁵

A princípio, o Brasil sofreu o impacto de tais diretivas e desvalorizações, embora não fosse mais um grande exportador de matérias-primas especificamente. Paulatinamente a Argentina também havia se esforçado para se tornar exportador de bens manufaturados, mas também sofreu muito com as crises. Por serem Estados periféricos Argentina e Brasil não podiam mais sustentar seus planos de industrialização. Isto porque sem recursos econômicos domésticos os dois países dependiam de investimentos internacionais, que não mais se direcionavam em peso para a América do Sul, e das organizações internacionais, como o Banco Mundial.

Nos anos 1980 o Brasil havia se tornado importante exportador de produtos manufaturados. Na pauta de exportações do País havia automóveis, máquinas (bens de capital) e outros. A fase agroexportadora de café já havia desaparecido, ainda que o País fosse grande produtor do insumo, mas a cadência da economia cafeeira tinha de ser

⁵ Sobre isso não deixava de ser congruente para os países consumidores a ideologia segundo a qual a nova etapa de progresso econômico prescindia de matérias-primas em virtude de avanços tecnológicos. Peter Drucker havia opinado que os recursos naturais haveriam de perder valor para produtos de alta pesquisa (DRUCKER, 1992/1992). Tudo isso legaria aos países em desenvolvimento um nível de pouca importância na economia internacional que, em parte, não deixaria de ser proveitosa para os Estados industrializados que teriam um rol de commodities a baixo preço.

dividida com a Colômbia. No campo do cacau, o Brasil havia perdido espaço para os africanos da costa ocidental.

Por isso, a economia brasileira não devia sentir as mudanças conceituais feitas pelos Estados industrializados e pelas organizações internacionais, apontando a desvalorização das matérias-primas. Mas sentiu. Sentiu porque a situação do País era de devedor em alto grau e de não mais ser porto seguro para investimentos internacionais. Nesse âmbito, a Rodada Uruguai, em 1986, pleiteava (com anuência dos atores citados) desregulamentação na agricultura, nos serviços e também em algo que posteriormente resultou na lei de propriedade intelectual defendida pela Organização Internacional do Comércio (OMC), fundada em 1994.

Daí a importância do encontro de 1985 para vislumbrar questões que ganhariam dimensão no final daquela década. Mas a Ata do Iguazu não sela somente esforços conjuntos para que Argentina e Brasil conseguissem resistir às pressões do Hemisfério Norte e das organizações internacionais que exigiam desregulamentação da economia e reforma do Estado. Havia também a questão política de grande monta que não podia ser relegada a um nível inferior. Aliás, há quem pense o advento do MERCOSUL como instrumento político, antes de tudo, e com desdobramentos econômicos e comerciais que emergiram em 1994.

O papel político da Ata de Iguazu e da construção original do MERCOSUL significava superar crises políticas entre Buenos Aires e Brasília, que haviam ganhado vulto nos anos 1970. Vale dizer, impasses que cresceram em virtude dos planos de desenvolvimento do Brasil, que não deixaram de ter expressões geopolíticas. A Usina Binacional de Itaipu, a construção da Rodovia Federal 277 e a sina nuclear Angra II são exemplos desse ponto (MINVIELLE, 1994).

Dizer construção original do MERCOSUL é mencionar que a base sobre a qual se construiria o bloco regional deveria ser estratégica, pensar a articulação dos Estados, bem como seu fortalecimento, sobretudo em um período de pressões e fatores que passaram a ser conhecidos como globalização. É fato que a economia e comércio não deveriam ser negligenciados, como não foram. Mas o traço central da cooperação deveria ser sempre estratégico.

Ao menos é assim que opina Aldo Ferrer que passou a ver o processo integrativo do Sul em degeneração em virtude de outros objetivos que não eram os mais importantes. Outros pontos que vão além dos mais importantes são aqueles, para o professor argentino, ligados a interesses setoriais privados ou a programas governamentais que não se filiavam à preparação do poder político para que fossem enfrentadas as mais volumosas crises internacionais (FERRER, 2000).

Em outras palavras, o MERCOSUL fora imaginado como instrumento para agregar esforços regionais em face de prementes questões que assolavam a América do Sul, notadamente seus maiores Estados, Argentina e Brasil. Sob esse aspecto, a fundamentação do Tratado de Assunção, em 1991, seria salutar para preparar os Estados para que enfrentassem crises de desemprego, de investimentos produtivos, de incremento tecnológico, e por fim, dos abalos políticos.

Conceber o bloco regional do Sul sob o prisma da estratégia significava vislumbrar um agrupamento de Estados que unissem iniciativas com o intuito de arregimentar capacidades em áreas consideradas sensíveis; que poderiam contribuir para a estabilidade política e econômica dos Estados quando elas são bem administradas: pesquisa e desenvolvimento, industrialização avançada e outros itens que ainda são de suma importância para o desenvolvimento.

Globalização e Estratégia

Na leitura de Ferrer os anos 1990 ficaram longe de concretizar o objetivo estratégico da integração que havia sido concebido nos anos 1980, sob as diplomacias de Alfonsín e Sarney (FERRER, 2000). Sob as plataformas reformistas, *neoliberais*, de Carlos Menen, Collor de Mello e outros, o processo de integração regional, o próprio MERCOSUL, entrou em clima de paralisia.

Isto porque a versão dos anos 1990 de integração regional se baseara mais nas tentativas de atração do capital internacional, privado e público, que amplamente fora empregado em uma parte substancial da reforma institucional dos Estados em desenvolvimento, a saber, na privatização das empresas, cuja boa parte trabalhava no setor de serviços públicos.

De fato aquele período marcara o ápice do modismo antiestatal e antipolítico, dando a entender que instituições administradas pelo Estado deveriam ser necessariamente ineficazes e corruptas (ROSA, 2001). Assim, se a integração regional fora vislumbrada como instrumento de aglutinação de esforços para que os países pobres pudessem enfrentar grandes problemas internacionais, posteriormente, a fórmula havia mudado a favor dos investimentos internacionais e domésticos que de modo deslumbrado havia aceitado os ditames da globalização.

Eis o parecer de Paulo Roberto Nogueira Batista Junior para quem a globalização na América latina não somente havia desestruturado o ambiente estratégico e nacional, mas também os próprios pressupostos da integração, políticas públicas e autoridades que fossem acatadas suficientemente para que não se perdesse a organização regional em temas caros à cooperação, como a educação e saúde públicas, e a segurança de fronteira contra o crime internacional (BATISTA JUNIOR, 1997).

Neste ponto, a globalização, para o professor da FGV-SP, não seria uma forma incomensurável que aplacaria todos os Estados nacionais, independente dos fatores nacionais de poder, como a expressam ideologicamente, mas sim um trabalho racional que traduziria interesses econômicos e políticos de algumas grandes potências. Estados Unidos e Grã-Bretanha, sobretudo, haviam se esforçado desde os anos 1970 para que o bloco socialista, bem como o Terceiro Mundo, se desestruturasse em seus poderes nacionais em prol do livre mercado.

Para o bloco político-partidário que passou a ocupar o Planalto nos anos 1990 havia justificativa suficiente para baixar o conteúdo estratégico em face das transformações qualitativas do sistema internacional. Como escreve Maria Regina Soares de Lima aquela plataforma governamental havia preferido fazer com que a nova inserção internacional do Brasil fosse feita pela cooperação com os grandes centros do poder mundial e com as organizações financeiras internacionais, caso do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, e com a Agência Internacional de Energia Atômica no quesito político-militar, assinando o Tratado de Não-Proliferação de Armas Atômicas (TNP) em 1998 (LIMA, 2005).

Eis um pouco do histórico sobre a falta de credibilidade internacional emergente nos anos 1980 em virtude da forte crise financeira doméstica e pela moratória da dívida externa

em 1987, quando o Brasil deixa claro sua impossibilidade de cumprir os acordos internacionais. Para parte dos críticos da economia política nacional caberia ao modelo econômico adotado, bem como ao projeto desenvolvimentista dos governos militares, a responsabilidade pelo imbróglio.

Desde os anos 1950 o Brasil havia construído o princípio de que a política externa e a econômica seriam, em essência, dois lados da mesma moeda, uma vez que ambas teriam condições de alterar positivamente o poder nacional brasileiro.⁶ Neste aspecto, como nos apresenta Cervo e Bueno, a industrialização nacional, fruto do projeto de substituição de importações, não se furtaria de obter apoio junto ao Itamaraty. (CERVO e BUENO, 2002). Em outras palavras, caberia também à Chancelaria do País oferecer esforços para que o Brasil mudasse de patamar econômico.

Na prática, o que a Chancelaria brasileira tencionava fazer era por em prática aquilo que Kenneth Waltz observou como tentativa de mudança na estrutura internacional (WALTZ, 2002). Em outras palavras, os Estados inicialmente têm um espaço, um nicho, na estrutura internacional no qual ele se locomove e se expressa em busca de seus objetivos. É fato que o espaço que um determinado Estado recebe originalmente representa, no fundo, aquilo que ele é politicamente – Um ente forte terá espaço maior; um fraco terá pouco espaço. Um Estado fraco necessariamente não tem que se conformar com aquilo que fora desenhado pela estrutura.

A melhoria dos fatores de poder nacional seria a forma mais importante para se alterar qualitativamente a posição relativa do Estado que milita por transformações na estrutura (ou sistema), procurando angariar algo que imprima maior equidade entre seus membros.⁷ Em princípio, a concepção da integração regional no cone sul possuía esse intuito.

Neste caso, é mister que se veja mérito nos esforços anteriores para alargar o espaço da estrutura internacional aos Estados periféricos do sistema capitalista. Esforços que

⁶ Oliveiros segue o raciocínio de que o poder nacional é a plataforma sobre a qual se eleva uma política externa coerente com os objetivos do País – daí se passa a compreender que o Estado queira ter um padrão diplomático ativo e cioso de seu papel em um sistema internacional desigual e conflituoso. Por conseguinte, o poder nacional seria resultado dos fatores clássicos de poder, como forças armadas, ciência e tecnologia, industrialização avançada etc (FERREIRA, 2001).

⁷ É congruente explicar que o conceito de estrutura internacional tem analogia com sistema, visto que os dois termos apresentam praticamente a mesma leitura da ordem, que é desigual, é conformada pelas grandes potências do momento e exclui os membros mais fracos politicamente. Para uma leitura completa do sistema internacional, ver Raymond Aron (ARON, 1986).

acabaram coadunando com aqueles que procuravam ter na integração regional um instrumento de ação estratégica, que forçasse a abertura para que outros países também pudessem obter ganhos em assuntos complexos, como agregar valor às suas exportações, tecnologia etc.

Neste prisma, seria lícito comentar que boa parte dos esforços do MERCOSUL, em princípio, para demandar mais “democracia nas relações internacionais” teve gênese na diplomacia nacional quando também militava para se obter uma nova ordem econômica internacional na segunda parte dos anos 1970, sob o ministério de Azeredo da Silveira no Itamaraty.

Isto porque procurar combater protecionismos e outras medidas prejudiciais aos Estados pobres do sul, combater a escalada armamentista entre as grandes potências, bem como sua imputação de responsabilidade aos países pobres que estavam em guerra, lutar por mais investimentos econômicos que efetivamente contribuíssem para a criação de empregos eram questões que não seriam estranhas se fossem demonstradas por um bloco regional do sul.

Por conseqüente, a concepção do MERCOSUL não deixaria de ser também interpretada como uma forma de alimentar a clivagem norte e sul na medida em que procurasse marcar posição perante os Estados Unidos, por exemplo (BANDEIRA, 2010). Não de uma forma implicante contra o norte pelo fato daquela área ser a dos Estados desenvolvidos, como os Estados Unidos, mas sim como maneira de fazer com que as grandes questões de desenvolvimento fossem contempladas pelos membros da América do Sul que teriam no bloco regional uma caixa de ressonância.

É claro que o desdobramento do MERCOSUL, bem como seu processo de institucionalização, não pode ser visto de modo dual: bom e mau, relevante e não relevante. A criação e desenvolvimento de um bloco de integração não se filiam a um dos lados efetivamente. Sob o aspecto político, um bloco é fruto da correlação de forças existente nos Estados, suas possibilidades e vontade nacional para constituir algo que lhes venha a representar.

Se o MERCOSUL fora concebido como forma de estrategicamente ajudar Argentina, Brasil e demais parceiros a suportarem as pressões da Rodada Uruguai, e os efeitos da globalização, ele acabara perdendo esse objetivo no desenrolar dos anos 1990. Isto porque

o aspecto estratégico, para reforço do poder público dos membros ao combate do desemprego etc, fora praticamente posto em segundo plano a favor da reforma institucional e desregulamentação econômica.

Por outro lado, houve de algum modo focos de resistência que tencionavam fazer com que o espírito da Ata de Iguazu fosse resgatado, não em prol de um tipo de mercado ou de liberalismo, mas sim em benefício do desenvolvimento, da pesquisa em ciência e da cooperação. Talvez um dos pontos dessa resistência tenha sido o encontro de Brasília, de 2000, com o fito de procurar fazer com que os Estados da região aceitassem um programa que fosse capitaneado pelo Brasil.

Capitaneado pelo Brasil em vista dos problemas e desafios que se avolumavam e com pouca resolução, como a falta de controle sobre investimentos financeiros instantâneos, aplicados na especulação de bolsas e câmbios e a pouca integração física regional. De modo que parecia distanciar o MERCOSUL de suas degenerações dos anos 1990, o encontro de Brasília procurava fazer com que a agenda do desenvolvimento regional voltasse em alternativa ao plano proposto pelos Estados Unidos, com a Área de Livre-Comércio das Américas.

Liderança e Crise

Apesar dos blocos regionais necessitarem, ao menos em parte, de um ente hegemônico ou liderança, o tema ainda provoca ressentimentos. A constituição de uma junção político-econômica, por mais informal que seja, necessita de um ator que a lidere por algum tempo. Esse fato ocorreu na evolução da União Européia a partir da posição alemã.

Não há dúvida de que a emergência do bloco europeu ajudou a haver melhor inserção internacional da Alemanha, mormente após 1990, quando aquele país volta a se unificar. Para o bem e para o mal a liderança germânica é um fato. Ela trabalhou arduamente para a criação do Tratado de Maastricht, de 1993, que concebeu o atual modelo da União. Com mesmo afinco, Berlim, se empenhou para a criação de uma moeda comum continental, o euro (GILPIN, 2004).

Uma moeda comum, para a Europa Continental, seria a marca de auto-estima e sinal de que o Velho Mundo poderia retornar à cena internacional como ator de primeiro grau, ao menos na economia e finanças. Por outro lado, desdobramentos considerados negativos na atualidade, como o engessamento institucional e monetário que amarra os membros da União Européia, são encarados como ruins, uma vez que perturbam enormemente a tarefa dos países em crise, para que possam realçar suas economias afetadas por déficits públicos volumosos.

Há quem pense ser de responsabilidade alemã, em primeiro plano, a falta de criatividade e empenho para que a atual crise financeira européia seja superada de modo mais rápido possível.⁸ Quer dizer, a liderança alemã fora eficiente para a elevação do bloco europeu desde os anos 1980, mas também contribui para impasses, cuja resolução dependeria dela.

No lado da Ásia a questão também persiste e com bastante tempero. Se a Europa conseguiu superar ressentimentos que a levaram à Segunda Guerra Mundial o mesmo não tem acontecido com os asiáticos. Região que conta com duas das maiores potências econômicas da atualidade, China e Japão; e a Índia que além da massa demográfica também se credencia a potência, a Ásia tem grande dificuldade para aceitar lideranças que tenham alimentado conflitos no passado.

Por causa dos crimes de toda ordem provocados pelo império japonês na China e na Coreia, nos anos 1930 e 1940, e em razão do conflito armado entre a mesma China e a Índia, em 1962, há grandes dificuldades para se atribuir papel de liderança a uma dessas potências. É claro que esses traumas do passado não impedem que haja promissores negócios. Nos anos 1980 o Japão fora grande investidor na Coreia do Sul, na China e outros parceiros da área. Atualmente, a China se torna a grande fornecedora de capital não só para a Ásia, mas para o mundo.

Contudo, fazer das facilidades econômicas algo para o político ainda está com viés crítico. China e Índia por suas credenciais políticas, estratégicas e econômicas procuram alçar ao papel de liderança regional que também pode ser uma plataforma para a integração

⁸ A concepção da União Européia teve grande empenho da Alemanha. Como maior potência econômica do continente aquele país poderia ganhar em escala, bem como instituir um tipo de “divisão européia do trabalho” em que pudesse maximizar sua industrialização avançada. Em outro aspecto, Berlim também se empenha para obter relevância política, procurando influenciar decisões regionais ou evitando tomá-las. Ver Peter Gowan (GOWAN, 2003).

regional, a exemplo da Europa Ocidental. Na Ásia o papel da liderança que fale em nome de todos é ainda processo muito lento.

Da mesma forma que houve empenho alemão para obter prestígio político por meio da União Europeia o Brasil tenciona adotar o mesmo princípio para obter a liderança sul-americana (HURRELL, 1995. BANDEIRA, 2010). E de forma análoga aos outros continentes impasses e crises emergem dessa intenção nacional. Na segunda parte dos anos 1980, quando Argentina e Brasil se projetaram para a integração regional, não havia ainda traço claro sobre a questão da liderança, uma vez que problemas mais complicados estavam em pauta para debate.

Mas no avançar dos anos 1990, com a admissão de Paraguai, Uruguai e mais países associados, caso da Bolívia à época, passou a clarear mais a situação de quem ocuparia a liderança regional. Liderança que deveria ser bancada não para fins individuais, mas sim para ajudar a fortalecer o bloco meridional em face de desafios de grande monta, como o do malogrado plano da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Porém, para o histórico político da América do Sul, o pressuposto de liderança remete à preeminência política e econômica que, no fim das contas, não seria tão diferente do princípio de imperialismo – como já haviam feito os Estados Unidos no decorrer do século XX. Assim, o país que mais apresentaria condições econômicas e políticas para a liderança seria aquele que também sofreria pelos traumas existentes nos parceiros mais fracos.

Eis uma questão. Tradicionalmente um Estado que se alça à posição de líder regional, de exercer hegemonia como instrumento de liderança e “universalização de interesses”, à moda de Gramsci, é aquele que detém os maiores fatores de poder nacional, como maior população, economia mais avançada, tamanho do território e outros dados que credenciam ao Brasil esse papel de exercer liderança e ao mesmo tempo expressar sua geopolítica (FERREIRA, 2001).

Ao menos no século XX, até a profunda crise dos anos 1980, militar pela liderança regional (sincera ou não) era alimentar rivalidade com a Argentina. Não seria demais recordar que a República platina havia saído da Guerra do Paraguai, em 1870, para gozar de elevado índice de crescimento econômico que perdurou até a crise econômica dos anos 1930.

Assim, aproveitando a alta de sua produção agrícola, bem como o consumo que havia por parte do império britânico para aqueles bens, a Argentina direcionava seus recursos econômicos para a aquisição de alguns itens de seu poder nacional, como a construção de uma Armada com poder suficiente para equilibrar forças com o Brasil nas águas do Atlântico Sul.

Não havia dúvidas de que na primeira parte do século XX a Argentina gozava de preeminência político-econômica na América do Sul em virtude de seu rápido crescimento econômico. Em outro diapasão, é fato que o Brasil procuraria equilibrar a situação no atraso militar, notadamente na Marinha, e se industrializar em moldes pesados, em bens de capital que seriam ajudados pelo quantum de riqueza natural do País, como minério de ferro e crescente mercado consumidor.

No decorrer dos anos 1970 se confirmou a distância de crescimento econômico a favor do Brasil sobre a Argentina. Obras como a usina de Itaipu, em parceria com o Paraguai, entre outras, davam a entender que o Brasil estava a caminho para se tornar aquilo que o bloco de poder que tomara o Estado em 1964 desejava: uma grande potência antes do ano 2000.

No entanto, o salto brasileiro de industrialização não ajudou a expressar ideário de cooperação regional. Ao contrário disso, os governantes do período apresentavam pouca sensibilidade para o quesito integração sul-americana. Porventura, se o governo Geisel, por exemplo, tivesse algum princípio a favor dos Estados em desenvolvimento ele alimentaria uma forte crítica ao Hemisfério Norte, aos países industrializados, no lugar de privilegiar a cooperação regional.

Em outras palavras, para a diplomacia brasileira havia uma histórica distorção do sistema internacional que transferia riquezas dos pobres do sul para os ricos do norte. Distorção resultante de jogos comerciais desiguais entre as partes, concentração de desenvolvimento e tecnologia em pouquíssimas mãos, subsídios a agriculturas já privilegiadas etc.⁹

⁹ Para uma ampla visão dos governos militares e suas implicações com as grandes potências ver Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (CERVO e BUENO, 2002). Para os autores não era divorciada duas vertentes de políticas públicas que juntas conduziram o Brasil a obter uma inserção internacional mais relevante: a política de desenvolvimento econômico e a política externa. As duas trabalhando em cooperação contribuiriam para uma situação melhor do País na cena internacional.

Do empenho brasileiro a favor do Hemisfério Sul nasce a máxima de que era urgente haver uma verdadeira reforma do sistema econômico internacional, mais ajustado com as necessidades dos pobres – uma nova ordem econômica internacional com a qual se bateu o Itamaraty nos anos 1970 e 1980, que malogrou nos anos 1990 por falta de ânimo de seus interessados.

Por isso, há como observar que no lugar de procurar angariar posição de liderança no bloco do Terceiro Mundo, de modo geral, ou na América do Sul, em particular, o Brasil preferia algo mais “universal” que o comprometesse menos e, assim, lhe trouxesse poucos desgastes. Vale dizer, desgastes que adviria, sobretudo, da Argentina que rapidamente acusaria Brasília de apresentar comportamento hegemônico e por que não de coloração imperialista.

Afinal, era esse o termo que alguns vizinhos continentais acusavam o Brasil no seu processo de rápida industrialização sobre a qual o País tencionava angariar maior influência regional. Começando com o governo Castello Branco, em 1964, a diplomacia nacional havia instituído o modelo de “ciclos concêntricos” com o qual o bloco de poder nacional vislumbraria as possíveis áreas de atrito na região, o que levava a se entender com a Argentina (FERREIRA, 2001).

Um imperialismo que o Brasil trazia em seu DNA desde a época da chega da Família Real em 1808, com Dom João VI e suas tentativas de alastrar o território colonial a partir da anexação da Banda Oriental e da Guiana Francesa. Idéia que, de alguma forma, persistiu após a República, em 1889 e foi reforçada com o estabelecimento dos militares em 1964, quando o poder estabelecido projetou uma geopolítica que atentasse não somente para a América do Sul, mas de igual modo para a fronteira marítima africana, a saber, procurando influenciar no processo de independência das ex-colônias de língua portuguesa, como Angola.¹⁰

Desta forma, o processo de integração regional na América do Sul não é exercido sem receios pelos membros. Isto porque há o temor de que, no fundo, a evolução do MERCOSUL venha a reproduzir problemas análogos aos encontrados na União Européia,

¹⁰ Quem tencionou a pensar os planos brasileiros de expansão a custa dos vizinhos foi o jornalista Paulo Schilling, para quem havia uma sinergia entre o Itamaraty e os princípios geopolíticos do Exército, que foram convenientes no período militar, sobretudo nos anos 1970 em que o Brasil passou a construir grandes obras de infra-estrutura, mas com alto valor geopolítico, como a já citada Itaipu e o porto especializado de Rio Grande (SCHILLING, 1981).

como um engessamento político que faria os Estados terem de aceitar orientações supranacionais; uma rigidez econômica que perturbaria a liberdade dos membros de pensarem suas questões domésticas e a superdimensão do Brasil como eixo da articulação do bloco, a exemplo da Alemanha que desperta muitas desconfianças da França e do Reino Unido (GILPIN, 2004).

É vidente que na condição de processo a integração via MERCOSUL não é algo retilíneo nem obrigatoriamente coerente com seus objetivos, pois é um jogo político, um *tour de force* que os Estados-membros têm de jogar para se saber com quais feições e regras deverá ter o bloco. Avanços e retrocessos são esperados quando se tratam de criações que tocam interesses e expectativas de muitas sociedades, culturas e unidades políticas.

A questão de fundo é que a integração regional é para o Brasil um instrumento de inserção internacional mais ativa, que expresse sua percepção geopolítica sob uma cena internacional que não é uniforme e sofre de transformações constantes, desde a emergência de novos atores, de risco reduzido, até aqueles mais sofisticados e que podem por em risco a segurança nacional.

Geopolítica e Integração Regional

Não há dúvida de que o processo de integração regional, em sua essência, relaciona-se com a cooperação em vários itens da política internacional, o que denota valor positivo, sobretudo para aqueles que acreditam que a política internacional está se “desdramatizando” por meio da elevação dos novos atores internacionais e do relativo enfraquecimento dos Estados nacionais, que não mais podem controlar variados fluxos, como os culturais.¹¹

Independente de haver veracidade no exposto do último parágrafo a questão é que para a Chancelaria brasileira a cooperação regional serve também como instrumento de

¹¹ Sobre isso é interessante a leitura de Octavio Ianni sobre a globalização e seus efeitos que transformam o sistema internacional. Em Ianni a globalização não é apenas fluxos que transformam a soberania dos Estados, mas é também vigor que, pelo fato de alterar os poderes estatais, libera fluxos culturais que podem aproximar povos variados que lutam por um mesmo objetivo. Nesse raciocínio, a globalização pode até reforçar o ideário do socialismo, dessa vez em moldes mais modernos e menos burocratizados como era na Terceira Internacional Comunista (IANNI, 1997).

locomoção do *interesse nacional* brasileiro, simbolizado por uma gama de instituições públicas e privadas, como bancos de fomento e de varejo, da Petrobrás, das construtoras, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) etc. Todas com a chancela do Itamaraty.

Indo além do tema sobre cooperação regional, o MERCOSUL é plano que a diplomacia nacional acalenta há bastante tempo, mesmo com as constantes crises que ora aparecem por causa das questões internas dos Estados-membros que passam a se desgostar da integração. Esse tem sido o caso do Uruguai, por exemplo, que apresenta desânimo a respeito do Tratado de Assunção em virtude da rígida oposição que a Argentina faz sobre os investimentos internacionais que uma papelreira finlandesa fez nas margens do rio Uruguai, no território oriental.

Se o MERCOSUL tem sido visto como plano pedagógico para o empresariado brasileiro que exporta para a região, para os outros sócios, como a Argentina, o bloco não é apenas um ensaio para *pedagogias empresariais*, mas sim algo prático, um mercado consumidor que pode comprar os produtos platinos, como laticínios, cosméticos, vinhos e outros produtos de base ou de baixo valor agregado. Isto porque há décadas a Argentina deixou de ser uma militante em prol do desenvolvimento econômico que fosse baseado na tecnologia e no alto valor agregado.

Então há um impasse no Mercado Comum do Sul, uma vez que para os vizinhos o mercado consumidor brasileiro é um fato positivo a ser conservado em alto grau. Em relação ao Brasil não há a mesma expectativa, pois o País se considera um *global player* que tenciona se colocar ao lado de outros análogos, como A Rússia, a China e a Índia – Estados em desenvolvimento, mas que guardam interesses econômicos e estratégicos mundiais.

Procurando ser ator global o Brasil se exercita no espaço sul-americano, daí a conveniência do MERCOSUL e outras engenharias instituições que foram criadas nos últimos dez anos, como a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Instituições que, de alguma forma, tem no MERCOSUL seu ponto de partida para resultar em uma América do Sul toda integrada, com princípios comuns.

Mas eis um problema que nem o Brasil nem demais os membros do MERCOSUL conseguem resolver na atualidade. Como manter o bloco que seja útil e conveniente até determinado ponto, que ajude a expressão geopolítica do País, mas sem os inconvenientes da supranacionalidade, da mesma forma que há sob as instituições da União Européia em Bruxelas?

De fato, o Brasil tem grande estima pelo MERCOSUL e pelo tema integração regional, até traz isso gravado em sua Constituição Federal de 1988. Mas o arranjo institucional do Cone Sul deve ser uma ferramenta estratégica para que Brasília ganhe músculos em face dos grandes problemas internacionais. Desde os anos 1950, quando o Brasil passa, de alguma forma, a alimentar os processos de integração regional, os desafios foram a industrialização feita por meio do planejamento do Estado, caso do Plano de Metas, mas que necessitaria de retaguarda.¹²

Dando um salto para os anos 1980 a integração, por mais módica que fosse, como o Tratado de Cooperação Econômica e Comercial de 1988 com a Argentina, seria útil para se defender contra as pressões que as grandes potências fariam para que fossem liberados serviços, agricultura e outros temas que não eram do gosto do Brasil no âmbito da rodada Uruguai.

No primeiro ano da década de 1990 a questão ganha novamente dimensão quando o presidente George Bush pronuncia sua intenção de criar a Iniciativa para as Américas – do Alasca à Terra do Fogo, o que fez os presidentes Collor e Menem acelerarem a fundação do MERCOSUL. Depois disso, para o Brasil, a integração seria proteção frente a forças poderosas, como a tentativa de se criar a ALCA, por isso a urgência de se não só fundar o MERCOSUL, mas fazer dele uma base para que seja soldado à Comunidade Andina, resultando em algo maior.¹³

Por conseguinte, a integração regional de modo geral, e o MERCOSUL em particular, apresenta duas faces para o Brasil, uma positiva e outra negativa – positiva e negativa convivendo lado a lado como tem de ser em um processo político, em que as

¹² Tivemos oportunidade de apresentar essas passagens em livro sobre as relações entre Argentina e Brasil no MERCOSUL (HAGE, 2004).

¹³ Não podemos esquecer que em 1994 o MERCOSUL passa da área de livre-comércio para união aduaneira, em que fora criada a Tarifa Externa Comum (TEC) que naquele tempo fora estabelecida em 15%, *ad valorem*, sobre os produtos importados extra-bloco (HAGE, 2004).

questões não se definem nem se concluem ao gosto dos atores nem dos modismos que emergem de tempo em tempo.

O aspecto positivo da integração tem a ver com o concerto regional que houve em meados dos anos 1980, apaziguando as relações entre Argentina, e Brasil e fazendo com que os dois Estados jogassem por terra antigas competições por preeminência que havia desde o início do século XX. Preeminência que durante aquele tempo se voltou para Buenos Aires, mas que o Brasil procurou reverter a partir dos anos 1960 por meio de projetos de cunho geopolítico.

Na medida econômica também não é desprezível o papel que o MERCOSUL exerceu na vida dos Estados-membros, permitindo que o mercado consumidor de um país seja suficiente para que o outro não se aprofunde em crises. Empresas brasileiras e argentinas, à primeira vista, ganham eficiência e aquisição de novos métodos de organização e de trabalho.

Poderia-se ainda citar outros itens não ligados necessariamente à integração, mas que com ela ganharam alento. A aquisição de certa confiança que os países da região passaram a ter no quesito energia nuclear. Tanto a Argentina quanto o Brasil se comprometeram em ter na energia nuclear apenas um meio de angariar desenvolvimento científico, abandonando seu uso militar. No campo dos regimes de governo também houve apego à fórmula da democracia como o regime essencial para quem quer viver com espírito da cooperação.

No plano mais largo, como vê Wanderley Messias da Costa, a criação de um banco de fomento e desenvolvimento para a América do Sul é algo que chama a atenção de modo positivo. A concepção do Banco do Sul como agente de fomento em substituição ao Banco Mundial é algo que poderia contribuir para a qualidade da integração – ele também ajudaria a despressurizar o BNDES que grande projeção ganhou ao financiar inúmeros projetos no subcontinente (COSTA, 2007).

No campo dos projetos financiado pelo BNDES, e demais instituições, encontram-se o metrô de Santiago do Chile, obras de infra-estrutura em Caracas, redes de transmissão elétrica no Paraguai, melhoramentos empresarias na Argentina e, por fim, a estrada transoceânica que liga Rio Branco, Acre, aos portos peruanos de Ilo e Maratani, no oceano Pacífico. Meio de transporte considerado importantíssimo para as exportações gerais do

Brasil para o leste asiático. Um desejo que a geopolítica brasileira carregava desde o início do século XX, com a missão Euclides da Cunha no Itamaraty feita para estudar os limites entre os dois países.¹⁴

Seria lícito também citar a possibilidade de haver ligações entre a América do Sul e a África Ocidental, notadamente Angola e Nigéria, por meio de intermediação feita pelo MERCOSUL. Um intercâmbio econômico com aquela região seria positivo em virtude não somente do mercado consumidor. Haveria outros interesses como na agricultura, uma fronteira ainda em aberto, na área de prospecção de petróleo e outras vantagens para a América do Sul.¹⁵

Em outro diapasão, ainda existem conflitos, abertos e latentes, que a integração regional não esgota – que no fim das contas necessitam do trabalho brasileiro (se for aceito como líder) como meio de resolução. Alguns desses contratemplos são: as complicações políticas que o Paraguai apresenta em relação ao repasse financeiro que o Brasil dá àquele país como parte nos rendimentos da usina de Itaipu. Para Assunção tais ganhos estão aquém do correto, exigindo que seja feita nova avaliação contratual no valor pago pelo Brasil. Haveria também de citar a questão *brasiguai* que, para o governo paraguaio, é fonte de discórdia e uma cunha geopolítica que o Brasil poderia usar contra o Paraguai (COSTA, 2007).

De igual modo, houve o conflito entre o próprio Brasil e a Bolívia em virtude da nacionalização dos hidrocarbonetos que o governo de Evo Morales fez em 2006, inclusive afetando a Petrobrás que se portava como a maior empresa estrangeira no vizinho. Há também queixas, veladas, do presidente Morales alegando que brasileiros aproveitam para comprar terras na Bolívia, justamente na região mais problemática do país, a província de Santa Cruz. Província que alimenta comportamento separatista em relação a La Paz e, para o governo central, brasileiros agricultores animam uma possível secessão contra a unidade do Estado.

¹⁴ Aqui um traço que alimenta a opinião de que o Brasil busca pela integração regional alimentar sua projeção geopolítica. A estrada transoceânica foi financiada com recursos do BNDES e construída por empreiteiras brasileiras. Obra feita pelo Brasil que, no fundo, servirá para a economia nacional ganhar mais presença no oriente. Sobre isso ver PADULA (2010)

¹⁵ Uma procura de aproximar o MERCOSUL e a União Européia foi feita no ano de 1995, o Tratado de Madri, com resultados ainda não sentidos amplamente. Da mesma forma houve com Israel em 2007, procurando aproveitar as especializações que aquele país tem no campo da tecnologia.

Pode-se também mencionar o mal-estar constante que há entre Venezuela e Colômbia por causa da guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) que, para Bogotá, recebe apoio econômico e logístico do governo de Hugo Chavez, um entusiasta do socialismo nos moldes sul-americanos; uma experiência *bolivariana* que apoiaria a luta armada no subcontinente, mesmo que essa ação desajustasse uma área com históricas complicações.

No âmbito dos conflitos militares tem de ser mencionadas as diferenças que a mesma Venezuela alimenta em relação à Guiana (ex-inglesa) pelo território de Essequibo, uma típica disputa que pode se transformar em guerra. No mesmo assunto, também são citadas as escaramuças entre Peru e Equador. Em 1996 houve luta entre esses dois vizinhos, sendo o Brasil a arena de negociação um ano depois. Com efeito, embora a América do Sul não seja tão dramática, sob o aspecto militar, da mesma forma que a Ásia e África, mesmo assim existe uma escalada de compra de novos armamentos para substituir os ultrapassados ou para aumentar o *quantum* de poder.

Para Costa, o Chile é o país que mais tem se preocupado no *up-grade* de seu material militar, uma vez que Santiago tem um impasse com a Bolívia por causa da Guerra do Pacífico de 1879, mas cujos efeitos ainda perduram, notadamente para La Paz (COSTA, 2007).¹⁶ A Colômbia é o país que mais gasta em toda a região, inclusive, por causa do apoio financeiro dado pelos Estados Unidos para que Bogotá consiga neutralizar as FARC e outros possíveis oponentes.

Com relação à Venezuela também há repasses de material mais bem acabado no campo de caças (russos e algum armamento chinês). Nos comparativos de relação gasto militar e Produto Interno Bruto, os vizinhos têm despesas superiores às do Brasil, que tende a tratar de modo morno os temas de equiparação militar e compra de novos aviões de caças para a Força Aérea Brasileira.

¹⁶ Trata-se da perda que a Bolívia teve de seu litoral, a área de Antofagasta, para o Chile. O Peru também apropriou do território boliviano, mas o imaginário político de La Paz alimenta um trauma muito mais dramático com relação ao Chile, país que a Bolívia não tem relações diplomáticas regulares como protesto de suas amputações de 1879. Sobre o drama do século XIX que ainda habita a política boliviana, notadamente em sua política energética, ver HUSAR et MAIHOLD (2005).

Considerações Finais

Neste texto houve a intenção de mostrar que, apesar dos problemas, o Brasil procurou se integrar com seus vizinhos, inclusive tentando realizar as quatro percepções de segurança mencionadas por Deutsch: econômica, social, institucional e militar. Houve o fito de construir um bloco para que os Estados-membros lograssem progresso e desenvolvimento.

Entretanto, não se pode ignorar o histórico de desconfianças que boa parte da América do Sul tem em relação ao Brasil. Pelo fato de ser o maior Estado da região, em PIB, população, recursos econômicos, tecnologia etc, o País provoca sentimentos que beiram o ressentimento nos parceiros mais pobres. Um tipo de imperialismo brasileiro já foi mencionado na Bolívia, quando da nacionalização dos ativos da Petrobras e no Paraguai, em virtude do Brasil negar as condições paraguaias para a negociação de repasses de verbas da energia elétrica.

Desse mal-estar aparecem dois comportamentos interdependentes. Os Estados da América do Sul, participantes de blocos de cooperação, tendem a desconfiar de que o intento brasileiro é usar a integração como plataforma de inserção internacional mais caprichosa. Isso denotaria pouca a atenção da Chancelaria nacional aos reais problemas da região, mas mesmo assim alimentaria um discurso conveniente a favor dos pobres do subcontinente.

Em outro nível, o Brasil sabendo das enormes complexidades políticas e econômicas entre os países da região não faz aquilo que seria mister para o avanço do bloco regional, a exemplo da União Européia: não nutre uma política que efetivamente crie instituições supranacionais, que venha a dividir com os Estados as decisões que mudam sorte da região.

Em outras palavras, o Brasil acredita na viabilidade da cooperação regional e no seu espírito, desde que isso tudo não implique na criação de órgãos que venham a querer exercer papel do governo nacional, como a necessidade de se cumprir metas de inflação, de déficit público etc.

Difícilmente haveria na América do Sul, talvez na cidade de Montevideú, algo chamado *mercocracia*, tendo na capital uruguaia como sede administrativa de várias

instituições supranacionais controlando a justiça, a política de investimentos, a política fiscal e outros itens que há mais de trezentos anos pertencem à esfera das soberanias estatais. Daí o impasse que ainda perdura.

Relação Bibliográfica

ARCHER, Renato. *Energia Atômica e Soberania*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Edunb, 1986.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e a América do Sul*. Brasília, FUNAG, 2010.

BARBOSA, Rubens. “O Brasil e a Integração Regional: A ALALC e a ALADI (1960 – 1990)”. In ALBUQUERQUE, José Augusto G. (org). *Sessenta Anos de Política Externa: 1930 a 1990*. Volume 2. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. *Mitos da Globalização*. Série Estudos Avançados. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.

BERNAL-MEZA, Raul. “Os Dez Anos de MERCOSUL e a Crise Argentina”. In *Política Externa*. Volume 10, número 04. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

CERVO, Amado. BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília, Edunb, 2002.

CANO, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. Campinas, editora da Unicamp, 2000.

COSTA, Wanderley Messias da. “O Brasil e a América do Sul: Cenários Geopolíticos da Integração”. In OLIVEIRA, Eliezer Rizzo (org). *Segurança & Defesa Nacional: Da Competição à Cooperação Regional*. São Paulo, Fundação Memorial, 2007.

DEUTSCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília, Edunb, 1978.

DRUCKER, Peter. “As Mudanças na Economia Mundial”. In *Política Externa*. Número 3, volume, 1. São Paulo, Paz e Terra/USP, 1992/1993.

FERREIRA, Oliveiros. *Crise da Política Externa: Renovação ou Subordinação?* Rio de Janeiro, Revan 2001.

FERRER, Aldo. “As Relações Argentina - Brasil no Contexto do MERCOSUL”. **In** *Política Externa*. Numero 09, volume 02. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

GILPIN, Robert. *O Desafio do Capitalismo Global: A Economia Mundial no Século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

GOWAN, Peter. *A Roleta Global: A Aposta Faustianiana de Washington para Dominar o Mundo*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

HAGE, José Alexandre Althayde. *As Relações Diplomáticas entre Argentina e Brasil no MERCOSUL*. Curitiba, Juruá, 2004.

HURRELL, Andrew. “O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial”. **In** *Contexto Internacional*. Número 1, volume 17. Rio de Janeiro, IRI-PUC, 1995.

HUSAR, Jorg **et** MAIHOLD, Günter. “Gás Natural: Matéria Contenciosa na América do Sul”. **In** *Energia: Da Crise aos Conflitos?* Cadernos Adenauer. Número 5. São Paulo, Konrad Adenauer Stiftung, 2005.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil. *O Gás Natural: Uma Perspectiva Brasileira*. Brasília, Instituto Rio Branco (Palácio do Itamaraty), 2001.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

LIMA, Maria Regina Soares de. “A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul”. **In** *Revista Brasileira de Política Internacional*. Volume 48, número 1. Brasília, Universidade de Brasília, 2005.

JAGUARIBE, Helio. “O que é o Ocidente?” **In** *Política Externa*. Volume 10, número 04. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

MINVEILLE, Sandra Eva. “Integração e Hegemonia na Bacia do Prata: Novas Estratégias do Discurso Geopolítico Argentino”. **In** SCARLATO, Francisco; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de **et** ARROYO, Mônica (orgs). *Globalização e Espaço Latino-Americano*. São Paulo, Hucitec-Anpur, 1994.

PADULA, Raphael. *Integração Regional de Infra-Estrutura e Comércio na América do Sul: Uma Análise Político-Estratégica*. Tese de doutorado em Engenharia de Produção. Rio de Janeiro, COPPE-UFRJ, 2010.

ROSA, Luiz Pinguelli. *O Apagão: Por que veio? Como sair dele?* Rio de Janeiro, Revan, 2001.

SCHILLING, Paulo. *O Expansionismo Brasileiro: A Geopolítica do General Golbery e a Diplomacia do Itamaraty*. São Paulo, Global, 1981.

SOARES, Guido Fernando da Silva. *Curso de Direito Internacional Público*. Volume 1. São Paulo, Saraiva, 2004.

WALTZ, Kenneth. *Teoria de Relações Internacionais*. Lisboa, Gradiva, 2002.